



CEDI - P. I. B.  
DATA 31 / 12 / 86  
COD. 0ND48

I N D I C E

	Pág.
I . . . A RESERVA TUBARÃO-LATUNDÊ . . . . .	228
II . . . DEMOGRAFIA, SAÚDE E EDUCAÇÃO . . . . .	230
III . . . ECONOMIA . . . . .	240
IV . . . A AÇÃO DA FUNAI . . . . .	245

## I. A RESERVA TUBARÃO-LATUNDÊ

### A. A Criação da Reserva: Atos Administrativos e Medidas Judiciais

A área indígena onde vivem os Aikanã (chamados Tubarão) e os Latundê foi objeto de um primeiro levantamento pela FUNAI em 1976. Mas já em 1975 o Incra comunicara ao órgão tutor o início das licitações no setor 11 da Gleba Corumbiara, antes reservando os lotes 21 a 28 e 31 a 38 do setor, no Município de Vilhena, às comunidades indígenas.

Anteriormente, os Aikanã habitavam o setor 10 da referida Gleba e supõe-se que foram transferidos pelo Incra para terras mais pobres a leste, no setor 11, conforme consta do Processo FUNAI/BSB/3503/76. Esta área não atendia aos interesses vitais dos Aikanã, já tradicionais exploradores da seringa e não contemplava grupos arredios ou de contato recente, como os Latundê e os Sabanê.

Em 1977, a área Latundê foi percorrida pelo sertanista Frederico Tolksdorf - que operava nos trabalhos de coordenação dos grupos Nambiquara, e pelo auxiliar rural Jorge Falca, ambos funcionários da FUNAI, resultando na discriminação, em junho de 1978, de todo o setor 11, através da Portaria 507N, que compreende 100 lotes de 2.000 ha cada um, totalizando 200.000 ha.

Nessa época, grande trecho ao longo do Rio Pimenta Bueno já tinha sido desmatado por adquirentes de lotes postos à licitação pelo Incra.

Para resguardar a área, em 1980 a 8a. Delegacia Regional ingressa em Porto Velho com a célebre ação de "Interdito Proibitório" e obtem liminar contra setenta fazendeiros que ocupavam ou possuíam títulos de boa parte do território interditado.



Em junho de 1980, o grupo de trabalho designado pela Portaria 738/E da FUNAI, identifica e sugere uma área de 63.000 ha para o grupo Aikanã, 47.000 ha para os Latundê, a interdição de 37.000 ha para fins de atração de outros grupos não contatados, ao mesmo tempo que opta pela liberação dos restantes 53.000 ha.

Em fevereiro de 1981, o Tribunal Federal de Recursos cassa a liminar do "Interdito" sobre os 200.000 ha, mas finalmente em 17 de setembro de 1982, pela Portaria 1420/E/82, a FUNAI declara como de posse permanente dos grupos Aikanã Latundê uma área de cerca de 118 mil hectares, delimita-a, determina a sua denominação (Área Indígena Tubarão-Latundê), subordina-a à Ajudância de Vilhena, da 5a. D.R., hoje Ajudância Autônoma do Vale de Guaporé (Ajavag). No mesmo ato, recomenda ao D.G.P.I. que promova a demarcação dos limites da área, proceda à regularização fundiária e revoga a Portaria 507/N, de 26 de junho de 1978, já referida. (Anexo 1).

#### B. Estabelecimentos Agro-Pecuários na Área Indígena

Em outubro de 1983, coincidindo com nossa passagem, um grupo de trabalho formado por agrimensor da FUNAI e técnicos da Unidade Fundiária do Incra em Vilhena, acabava de voltar da área em viagem de inspeção e ainda trabalhava no "Relatório de Vistoria", instrumento necessário para viabilizar e acompanhar a desativação e retirada definitivas das últimas fazendas, pessoas e bens que ainda permaneciam na área delimitada.

Segundo informações colhidas junto a estes órgãos, seis licitantes restavam ainda com situação pendente, representada por oito lotes de 2.000 ha, perfazendo 16.000 ha.

1. A fazenda São Caetano, que cobre o lote 1, no ponto extremo a noroeste da Reserva, com limites formados pelas Kapas 80

e 84 e linhas 105 e 110. Não existem como constatamos pessoalmente, moradores, pastagens, gado e lavouras. A casa sede foi abandonada.

2. No lote 12, de Osvaldo Bispo (Kapas 84 e 88 e linhas 110 e 115), a única benfeitoria é a casa sede. Não há atividade visível.
3. Os lotes 52, 53 e 54, licitados por Javert Tabalipa, limitadados pelas Kapas 84 a 96 e linhas 130 e 135, está em proceso de desativação. No lote 52 fica a casa-sede, com pastagem; foram construídos cêrca de dois quilômetros de cerca, curral e as 300 cabeças de gado que ainda permanecem são remanescentes de rebanho maior, já retirado.
4. O lote 56, de Francisco Rebolo ou Rabelo (Kapas 100 e 104 e linhas 130 e 135) não conta com benfeitorias, lavoura, gado. Tinha sido formado pasto em pequena área.
5. O lote 79, de Francisco Bertolluzzi (Kapas 112 e 116 e linhas 145 e 150), tem casa-sede e pasto, mas sem gado e lavôuras.
6. O lote 80, de Elisio Becker (Kapas 116 e 120 e linhas 145 e 150) tem apenas pasto formado, sem gado.

Os lotes 79 e 80, acima mencionados, cortados pelo Rio Pimenta Bueno, limite sul da área indígena, entre as Kapas 80 e 120, é parte do território tradicional do grupo Sabanê, que ocupa e desfruta ampla área em ambas as margens do Rio Veado Preto, afluente do Pimenta Bueno, no extremo sudeste da área delimitada. (Ver mapa geral).

Apesar de determinação expressa pela Portaria 1420/E de 1982, em outubro de 1983 o território ainda não tinha sido de



marcado e as demarches para a desocupação das fazendas, principalmente os lotes 52, 53 e 54, de J. Tabalipa, caminhavam lentamente.

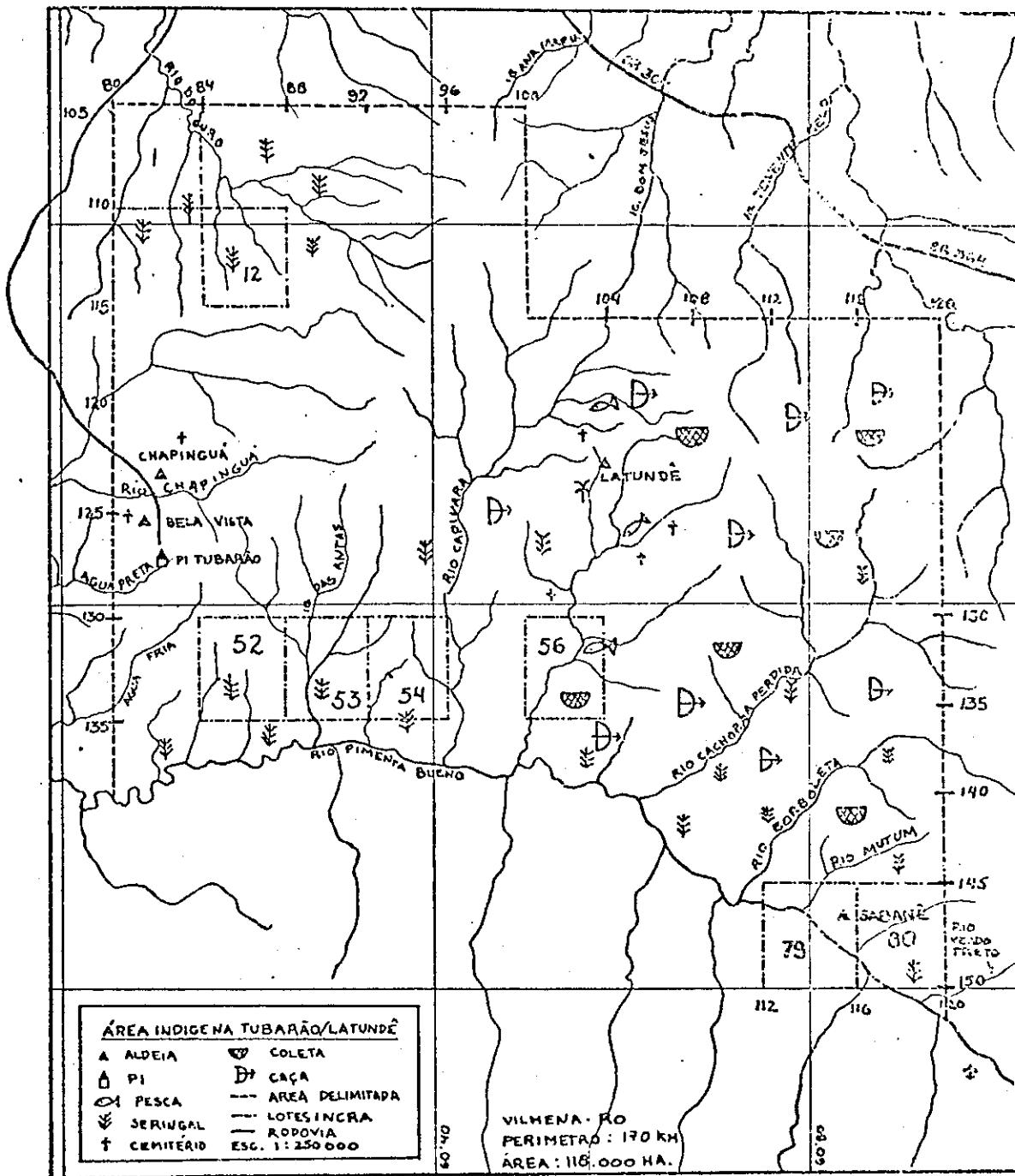
É imprescindível promover com urgência a demarcação da área. O fato dos limites oeste, norte e leste serem constituídos por linhas secas (Kapas 80 e 120 e linhas 105 e 115); a possível presença de grupos arredios a leste da área; as pressões de frentes de expansão impulsionadas pelo intenso fluxo migratório orientado para os Municípios de Vilhena, Colorado do Oeste e Pimenta Bueno, recomendam o apressamento da demarcação e de medidas para prevenir invasões e os inevitáveis conflitos.

## II. A RESERVA: DEMOGRAFIA, SAÚDE E EDUCAÇÃO

As terras da reserva reproduzem o padrão encontrado no cerrado da Chapada dos Pareci que corta a região. Zonas de mata, de terras mistas, mais férteis, principalmente a oeste, desde o Rio do Ouro até o Pimenta Bueno, intercaladas por áreas do tipo cerrado do campo, mais pobres, arenosas, notadamente a leste e sudeste. A chapada é o divisor de águas que separa os contribuintes do Pimenta Bueno, em direção sudeste-nordeste, e o Rio Corumbiara, grande afluente do Guaporé, ao Sul.

Não existem análises e estudos etno-linguísticos sobre os três grupos, mas é certo que os Latundê e Sabanê são sub-grupos Nambiquara. Os Aikanã formam um grupo de ramo linguístico isolado e ainda não identificado, apesar de manterem contato contínuo com agentes da sociedade nacional desde a década de 40, quando provavelmente se iniciaram na prática extrativista da seringa.

É sabido que os Aikanã sempre mantiveram uma postura de reserva, independência e distanciamento com a FUNAI. Desenvolveram, ao longo dos últimos dez anos, uma economia com base na extração da borracha em torno de uma liderança fortemente cen





tralizada na pessoa do filho de um velho chefe que reside na aldeia Xupinguã, ou Chapinguã.

Documentos produzidos pela FUNAI, aos quais tivemos acesso, dão conta da situação do grupo Latundê, a partir de contatos estabelecidos em 1976 e 1977, onde estão descritos os traumas desorganizadores e a vertiginosa depopulação a que foram submetidos, seja por surtos epidêmicos, seja por embates com o grupo vizinho Aikanã, mantendo-os no isolamento só rompido recentemente.

Além dos Sabanê, de que se tem poucas notícias, há indícios de presença de índios arredios, supostamente um sub-grupo Arara, vivendo a leste da reserva.

Mas os relatos e informações sobre os grupos Latundê e Sabanê antes de 1977 são escassos e insuficientes. Rondon, Levi-Strauss, Malcher dão notícias sobre grupos Nambiquara arredios que viviam no vale do Pimenta Bueno. Levi-Strauss refere, nos "Tristes Trópicos", aos dois grupos Tarundê (Latundê) e Sabanê que se aliam em defesa dos Tarundê, frequentemente submetidos a ataques dos Aikanã-Tubarão.

Entre os Nambiquara, a posição de Chefia tradicionalmente é estabelecida menos pela linha hereditária do que por aptidões pessoais. Com a morte do chefe Latundê e não tendo sido indicado ou surgido sucessor legitimado, esta função está sendo exercitada por um índio Sabanê, Mané Torto, casado com uma Latundê. Sua presença é marcante e acaba por reorientar a vida do grupo que sofreu forte impacto desorganizador e que vive uma situação ainda dramática, se bem que nos últimos anos não há registro de óbitos. O último surto de sarampo matou o chefe da aldeia e os pais da única criança com menos de seis anos. Este menino foi adotado pelo grupo e é fonte de grande alegria e recebe cuidados e proteção especiais.

Relatórios da FUNAI asseguram que o Sabanê influenciou na escolha do local onde a aldeia está atualmente instalada, deter



mina derrubadas para a formação de roças, coordena as expedições de caça, pesca e coleta. O fato de dominar a língua Latundê e falar o português garante-lhe prestígio junto ao grupo e hoje é o seu porta-voz.

Em outubro, o quadro de dependência dos Latundê ao sistema econômico de seus vizinhos Aikanã, promovido pela estreita ligação do Sabanê a Manuel Tubarão estava consumado. O Sabanê é o único explorador de seringa entre os Latundê. O resultado da extração é entregue ao líder Aikanã e comercializada em troca de mercadorias (sal, açúcar, óleo comestível, roupas, instrumentos diversos). A introdução das novas relações econômicas está fixando um perfil de consumo não tradicional e seguramente irreversível.

#### A. Demografia

Parte da população está distribuída em três aldeias (Chupinguã e Bela Vista, dos Aikanã, e a pequena aldeia Latundê), que dista cerca de vinte quilômetros do Chupinguã, a leste. Na área do Rio do Ouro, a noroeste da área, vivendo nas "colocações", casas disseminadas em locais próximos aos sítios onde está concentrado um número significativo de seringueiras nativas, vivem 28 índios, todos Aikanã.

Ao todo, são 21 casas para uma população de 95 índios. Isto corresponde a uma média de 8 pessoas por casa, indicador que está avançada a desintegração do sistema tradicional da família extensa habitando uma única e grande casa.

Na aldeia Xupinguã, centro político e econômico e entrada da reserva, todas as casas são construídas em madeira e postadas ao longo de duas filas paralelas e relativamente distanciadas umas das outras. Cada casa abriga uma família nuclear. A aldeia Bela Vista ainda mantém muitos traços de tradição mas a tendência, visível, é a de acompanhar a "modernização", inclu





sive no que respeita à utilização de materiais e técnicas construtivas, divisões internas marcando as áreas destinadas à cozinha, dormitório e sala. A monogamia é já regra predominante.

A população até 34 anos corresponde a mais de 77% do total, mas é significativo o número de crianças até 6 anos que representa 30%. (Ver quadro I).

Além da população Aikanã-Latundê, 21 pessoas não-índias, têm residência fixa na área, como mostra o quadro, levantamento realizado quando de nossa passagem.

POPULAÇÃO NÃO ÍNDIA NA ÁREA INDÍGENA  
TUBARÃO-LATUNDÊ

LOCAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Rio do Ouro	2	2	4
Bela Vista	8	2	10
Chupinguã	4	3	7
<b>T O T A I S</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>21</b>

São famílias de trabalhadores "civilizados" atraídas pelo chefe Manuel Tubarão para a extração da borracha e que aceitam as regras e obrigações estabelecidas, condição necessária para sua permanência na área.

Registramos a presença na aldeia Xupinguã de um grupo de seis pessoas chefiadas por Jair de Oliveira, índio Terena de Aquidauana, MS, ex-vereador e ex-Presidente da Câmara de Vereadores daquele Município.



São missionários de uma denominação protestante não declarada e estavam realizando trabalho de "Expansão da Fé" junto a índios brasileiros e os Tubarão eram os primeiros a serem objeto do trabalho.

Chegaram com duas "Toyota", moto-serra, madeira, ferramentas e materiais para construir casa e local onde promoverão reuniões de caráter religioso para propagar o evangelho.

Faziam parte do grupo um norte-americano a quem chamavam de Wes e Martin Black, de nacionalidade alemã. Em dois ou três dias levantaram a construção e partiram, deixando um casal brasileiro, ele um homem simples, bom carpinteiro e afeito às lides rurais. O casal fixou residência no Xupinguã e vai desenvolver o trabalho missionário.

Num primeiro momento, estranhamos que o chefe Manuel admitisse a permanência de estranhos com objetivos dessa natureza em seus domínios, conhecida sua tradicional atitude de evitar interferências que pudessem colocar em jogo sua autoridade.

Provavelmente, a admissão dos missionários está relacionada à crise aberta que se instalou na produção da borracha e que afetou todo o quadro de relações dentro da comunidade, colocando em cheque a liderança. Este ponto será objeto de análise que aparece mais adiante no corpo do relatório.

É possível, ainda, que o acordo com os missionários tenha como finalidade, em contrapartida, retirar vantagens materiais, na forma de serviços diversos, uma vez que o casal que está morando na aldeia recebe recursos e apôio de fora.

A FUNAI mantém sua atitude de respeitar as decisões dos líderes e evita, desde que não é solicitada, opinar sobre o fato.

POPULAÇÃO TUBARÃO - LATUNDÊ POR FAIXA ESTÁRIA, SEXO, ÁREA, ALDEIA E Nº DE CASAS, OUTUBRO/83<sup>(1)</sup>

- 237 -

FE.	BELA VISTA			ÁREA DO RIO DO OURO			CHUPINGUÁ			LATUNDÊ			TOTAL			% TOTAL
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	
0 - 6	8	5	13	5	4	9	5	1	6	1	0	1	19	10	29	30,52
7 - 13	2	2	4	1	4	5	1	2	3	2	0	2	6	8	14	14,73
14 - 20	3	3	6	0	2	2	2	1	3	0	3	3	5	9	14	14,73
21 - 27	1	2	3	2	3	5	0	2	2	0	1	1	3	8	11	11,57
28 - 34	2	0	2	1	0	1	2	0	2	1	0	1	6	0	6	6,31
35 - 41	1	1	2	1	1	2	0	0	0	1	1	2	3	3	6	6,31
42 - 48	0	2	2	1	1	2	2	0	2	1	0	1	4	3	7	7,36
49 - 55	2	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	3	3,15
56 - 62	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1,05
63 - 70	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	1,05
71 a +	1	1	2	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	2	3	3,15
T O T A L	20	16	36	12	16	28	13	7	20	6	5	11	51	44	95	99,93
Nº CASAS	8			6			5			2			21			

(1) Não inclui a população SABANÊ, sem registro.





## B. Saúde

Quando estavam sob a jurisdição da 8a. DR, em Porto Velho, os Aikanã permitiram a construção e funcionamento de uma enfermaria em suas terras, porém afastada das aldeias, mantendo a costumeira sobranceria e distanciamento nas relações.

Depois de assinado o ato que criou o Posto Tubarão, os grupos passaram para a jurisdição do Parque Indígena do Aripuanã, sediado em Riozinho no Município de Cacoal. Posteriormente, o Posto foi instalado às margens do Rio Água Preta, mas as relações entre os funcionários da FUNAI e as lideranças continuaram dentro do mesmo estilo, isto é, a FUNAI agindo a partir de iniciativas e solicitações dos chefes, consubstanciadas geralmente por demandas de recursos, bens, assistência médica, eventuais auxílios em transportes e, como sempre, na defesa contra invasores.

O quadro de saúde que observamos é relativamente satisfatório mas a tendência é de melhorar acentuadamente. A criação da Ajudância Autônoma do Vale do Guaporé, em Vilhena, responsável desde julho deste ano por todos os grupos Nambiquara, incorporou sob sua competência os Aikanã, Latundê e Sabanê.

A dotação de maiores recursos, a partir de 1982, permitiu a criação em Vilhena de uma infra-estrutura de serviços bastante razoável; as novas e bem construídas instalações da chácara-ambulatório, a maior proximidade da sede da Ajudância com a área (cerca de 152 kms, 92 dos quais no trecho já asfaltado da BR-364), a linha de quadros médico e para-médico começam a mostrar resultados positivos na situação de saúde dos grupos. A população indígena está identificada e implantado o serviço básico de vacinação. Em 1983 não se verificaram óbitos. Na ampla enfermaria da chácara-ambulatório estavam internandos alguns pacientes, entre eles um velho Aikanã da aldeia Bela Vista, o único caso de leishmaniose verificado nos grupos.



Verminose, gripe, pneumonia, desidratação formam o quadro das afecções com maior número de casos, o que era de se esperar. A malária se manifesta esporadicamente no Rio do Ouro e entre os Latundê, mas é admissível supor que surtos maláricos voltem a ser enfrentados no futuro pelas razões já expostas no relatório Pareci.

O Posto mantém enfermaria suprida com medicamentos básicos de uma farmácia de Posto e conta com atendente de enfermagem.

### C. Educação

Desde fevereiro de 83 funciona uma escolinha em pequena casa de madeira na aldeia Xupinguã. Comparecem cêrca de dez alunos. Apenas três ou quatro conseguem ler e escrever alguma coisa.

A instrução, ministrada provisoriamente por um jovem auxiliar de ensino da FUNAI, obedece aos padrões adotados pela Secretaria da Educação de Vilhena e é orientada para o atendimento das demandas de ensino de caráter rural, adaptada às crianças e adultos brasileiros da região.

Utiliza-se o "Livro I", "Educação Rural", editado pelo Governo de Rondônia. Como o ensino é conduzido em português, o nível de desempenho é evidentemente muito baixo. Desinteresse, falta de motivação são os resultados da inadequação de métodos e programas que não levam em conta a especificidade do mundo indígena.

Nos relatórios já produzidos pela FIPE sobre populações indígenas afetadas pelo Programa Polonoeste foram analisados os inúteis esforços guiados pelos planos de educação oficiais, todos eles centrados e dirigidos para o universo brasileiro.



### III. Economia

Relatório da FUNAI de agosto de 1981 registra que os Latundê, um grupo nômade, mantém ainda a caça e a coleta como atividades econômicas fundamentais. A agricultura de coivara, rudimentar, é praticada nas proximidades da aldeia, ao longo dos rios e córregos.

Vivendo em campos secos, arenosos, somente na estação das águas permanecem na aldeia, quando plantam e desfrutam a colheita da mandioca, batata doce, cará, banana, cabaça e algodão. É a típica horticultura de subsistência.

Como a coleta, a caça é de extrema importância, base alimentar de proteína animal. O desmatamento e compulsões de diversa ordem obrigam o grupo a longos e constantes deslocamentos na época seca, a partir de junho, levando-o a percorrer amplo território que cobre as margens do Rio Capivara e seus formadores, os rios Barroso, Cachorra Perdida e o Pimenta Bueno.

Na caça e na pesca, tarefas predominantemente masculinas, sejam individuais ou coletivas, empregam arco e flecha, o timbó e, mais recentemente, anzóis. O piaú, o pacu e a piranha são os principais e mais apreciados peixes que o grupo consome.

Na estação seca, a coleta é extremamente importante pois as roças estão exauridas. Mulheres e crianças tem grande papel nesse trabalho. Apanham gafanhotos, algumas espécies de larvas e formigas, coletam fibras para a fabricação de cordas, palha para a cobertura das malocas, taquara para flechas, timbó, urucu e algodão para adôrnos e pinturas corporais, a seriva para a confecção de arcos, piuva e embira, e, finalmente, frutos e grãos, raízes, mel que constituem notável complemento na dieta Latundê.



A extração da seringa é atividade recente e está ligada à presença do "líder" Sabanê Mané Torto, que serve como intermediário ao sistema monopolizado pelo chefe Tubarão. Retivemos a informação que o Sabanê é o unico seringueiro entre os Latundê e o introdutor de alguns itens de nossa sociedade que já fazem parte das necessidades vitais do grupo.

Os Aikanã-Tubarão, como já foi ressaltado, de longa data se dedicam à extração da borracha. Mas somente a partir de 1978, com a contratação de Jorge Falca, antigo funcionário da FUNAI, onde trabalhou com diversos grupos na qualidade de braçal, e tendo adquirido boa experiência em empregos anteriores na extração da seringa, é que a economia da borracha sofre grande impulso, com a introdução de técnicas, procedimentos e novas relações de trabalho que muito se assemelham àqueles praticados em estabelecimentos "civilizados" da região.

Mas só é possível entender a influência dessa pessoa nas mudanças ocorridas no grupo Aikanã se vinculá-la à aliança selada com Manuel Tubarão, que, àquela época, já exercia o controle do poder, amplamente reforçado então com o emprego de técnicas administrativas, manejo dos seringais, usos de regras e registros na produção e comercialização do produto, e na criação da "cantina", o armazém onde ficam estocadas as mercadorias adquiridas em Pimenta Bueno, onde se vende o produto e se compram os bens.

Até setembro de 1983, o regime de produção funcionava da seguinte forma:

Os chefes Manuel e Luis, seu ex-cunhado o líder da aldeia Bela Vista, se consideram donos das árvores e, portanto, da área. Índios e não-índios sancionaram o sistema, que implica na estrita obediência às regras ditadas pelos gestores da produção que coordenam todo o trabalho. É dever dos chefes fornecer os instrumentos e ferramentas (vasilhas de coleta, facas, etc.), ajudar na construção das "colocações" - as casas insta



ladas em pontos estratégicos da mata - sem ônus para os produtores, a menos que o seringueiro deixe o trabalho ou dele seja afastado por quebra de regra.

O produtor tem o direito de usufruto da terra (plantio de roças, formação de pomares, pesca, caça, coleta). É permitida a permuta de "colocações" entre seringueiros incluídas as árvores que fazem parte da "colocação".

Até a data da nossa passagem, contudo, não tinha sido registrada a defecção ou expulsão de nenhum produtor, índio ou não.

A existência de "civilizados" permanentemente instalados no sistema demonstra que o modelo estava funcionando a contento e a produção crescia com o paulatino porém crescente número de produtores e árvores exploradas. Em 81 e 82, anos de apogeu, chegaram a retirar 54 toneladas de borracha, a área do Rio do Ouro sendo a principal produtora com mais de 30% do total.

Além dos registros (livros de produção, conta-corrente, caixa, controle de comboio), Jorge Falca introduziu novas técnicas de corte, adotou o sistema de seleção e rodízio das árvores para evitar exaustão prematura e expandir ao mesmo tempo a produção. Esta norma é rígida e não pode ser desrespeitada sob pena do produtor "civilizado" ser colocado à margem e, ato contínuo, deixar a área.

O seringueiro não-índio é portanto tratado como um igual, se respeitar as normas de produção. Dele também é exigido não interferir na vida das comunidades, aceitando seus valores. É proibido o casamento entre índios e civilizados e relações mais íntimas com mulheres índias são taxativamente vedadas.

São produtores diretos cerca de 11 índios, inclusive o Sabanê Mané Torto, e 4 "civilizados". Cada seringueiro trabalha em média 800 árvores e o produto, em fardos, é recolhido nas "colocações". O frete, desde as "colocações" até Pimenta



Bueno fica por conta dos chefes que também se encarregam da venda da seringa e da compra de mercadorias para o armazém.

Em setembro de 83, o preço estabelecido pela SUDHEVEA era de 750 cruzeiros, o quilo, o produtor sendo creditado a 450 cruzeiros por quilo. O diferencial de 300 cruzeiros representa a contra-partida para cobrir os encargos de frete, despesas administrativas, aquisição de materiais e instrumentos produtivos e o pagamento dos três administradores.

Os seringueiros "civilizados" admitem que as condições de trabalho e remuneração na área Tubarão são melhores do que nos seringais explorados por "brancos". Mas há que considerar nessa admissão que os trabalhadores não-índios em área indígena ficam em posição privilegiada, isentos de tributos e taxas que gravam a terra e a renda dos sitiantes e fazendeiros "brancos", além de usufruírem, sem ônus e contra-partida financeira, de todos os investimentos realizados pela FUNAI na área (estradas, pontes, transportes, etc.).

Os chefes se obrigam a repor as mercadorias no armazém e a fornecê-la a preços que eles próprios determinam. Quando o produtor fica em débito com o armazém - esta situação é comum nos meses chuvosos, quando a produção cai ou é praticamente paralisada - a norma é que a administração continue com os fornecimentos, inclusive com adiantamentos em dinheiro.

Este regime se sustentou e progrediu até 1982, quando surgem os primeiros sinais de crise. Em junho de 1983, a seringa coletada não ultrapassava 16,5 toneladas. As primeiras reclamações e queixas dos seringueiros às lideranças aparecem na forma do questionamento da relação preço do produto e preços de mercadorias do armazém. Discutem-se os gastos pessoais excessivos de Manuel e Jorge Falca.

Em outubro de 1983, quando estávamos no Xupinguá, soube mos que o endividamento dos produtores do Rio do Ouro no armazém tinha atingido limites insuportáveis e que o próprio líder

Manuel estava "falido" em Pimenta Bueno, seus débitos sendo muito superiores à capacidade de liquidá-los. Jorge Falca, em fins de setembro é "demitido" de suas funções e deixa a área. Não surpreendentemente grande parte da responsabilidade pela crise foi atribuída a Falca pelo chefe Manuel. No entanto, o prestígio dos dois líderes Aikanã caiu verticalmente, principalmente o de Manuel, a quem se acusa de obter vantagens indevidas.

A derrocada do sistema pode ser parcialmente atribuída à crise geral que acaba atingindo a região, motivada pela combinação dos efeitos da recessão com inflação, à deterioração da relação preço produto/ preço mercadorias. O custo do frete cresceu na área mais de 250% em um ano. São os mesmos fatores que geraram efeitos desestabilizadores na produção da seringa no Pareçí, conforme nosso relatório anterior.

Além da borracha, inquestionavelmente a grande fonte de renda monetária e responsável pelo padrão de vida alcançado pelo grupo Aikanã, persistem ainda e não podem ser desprezadas formas tradicionais de produção de subsistência e artesanato.

Pequenas roças familiares de mandioca, milho, amendoim, cará; criação de galinhas, patos e porcos; confecção de pulseiras de dente de macaco, bolsas de tucum, vendidos em Pimenta Bueno; a caça ao caititu, queixada, veado, anta, jacu, nhambu-galinha e a coleta de frutos, mel silvestre são praticadas ocasionalmente, via de regra nas idas e vindas às "colocações". Com a crise, a retomada ampliada a essas atividades deve acontecer, mesmo com a aplicação de novos recursos alocados pela FUNAI, que encontrou com a crise espaço propício para agir na área.

Em 1983, fruto da queda na produção da borracha, plantou-se mais arroz, alimento básico, e milho que é destinado principalmente à ração de animais domésticos.



#### IV. A AÇÃO DA FUNAI

A FUNAI contava, em outubro de 1983, com infra-estrutura básica na Área Indígena Tubarão-Latundê; casa-sede do Posto Indígena, enfermaria com farmácia e a escolinha na aldeia Xupinguá, todas construídas em madeira e razoavelmente equipadas. O P.I. conta com equipamento de rádio. A "pick-up" Ford, modelo 81, 4 cilindros, estava estacionada no Xupinguá, a serviço dos índios e sob a guarda do chefe Manuel. Na aldeia também se encontrava um micro-tractor Agale 4200, equipamento inadequado e pouco utilizado. De bitola estreita, sua passagem pelas precárias pontes-pinguelas feitas de troncos estendidos sobre os cursos de rios e córregos dentro e fora da área indígena é uma operação difícil e perigosa.

Os funcionários da FUNAI que formam o quadro permanente na área são o chefe do Posto, uma atendente de enfermagem, um auxiliar para serviços gerais - um índio munduruku - e o auxiliar de ensino residindo no Xupinguá. Excluindo-se o chefe do P.I., todos são contratados com recursos do Programa Polono-roeste.

No relatório, aludimos mais de uma vez à resistência que o grupo Aikanã oferecia à intromissão da FUNAI em seus assuntos, salvo nos casos relativos à saúde e problemas com grileiros e invasores. O caráter personalista e autoritário do líder Manuel aparece sempre nos relatórios da FUNAI, notadamente a partir da admissão de Jorge Falca como "gerente" da exploração da borracha. Este homem, hoje com mais de 60 anos, é sempre referido negativamente nos documentos oficiais, misto de agente "civilizador" e aventureiro, um explorador de índios. Mas ao sair da área, é a informação colhida, ele não era um homem rico, mesmo para os padrões locais. Com o rompimento com Manuel e ausente, está servindo agora de bode-expiatório. De qualquer modo, a perda de prestígio do líder Tubarão tornou-o



receptivo ao ponto de assumir compromissos com a FUNAI e evitar assim o estrangulamento da economia e maiores perdas pessoais.

No dia 15 de outubro, assistimos no Xupinguã ao acordo tácito entre a FUNAI, representada pelo Chefe da Ajudância e o Chefe do P.I. e os líderes Manuel e Luis. Este acerto está consubstanciado nos seguintes pontos principais:

1. A FUNAI conta com recursos para serem empregados no auxílio das comunidades Aikanã-Latundê, conforme anexo 2, relativo ao ano de 1983. A FUNAI propõe a construção de um centro comunitário e entreposto no Xupinguã. O órgão tutor ficaria com os encargos de transportar e vender a borracha em Vilhena e adquirir os bens para o entreposto, deduzindo 10% da receita bruta da venda, 5% a título de custo de frete, 5% relativos à "quebra" de peso da borracha (do enfiamento da seringa nas "colocações", onde é pesada, até a entrega no posto de venda na cidade, a matéria prima perde, por desidratação, parte de seu peso calculado na região em 5%). O controle dos atos de compra e venda seria exercido pelos próprios seringueiros.

Parece evidente que os produtores diretos só teriam a ganhar, eliminados parte do custo de frete e o total do custo administrativo, sem falar do fato de que pagariam os bens do entreposto pelo valor exato de seu preço de compra. Resta a ver se a produtividade alcançada pela disciplina e normas técnicas será mantida ou se o novo regime vai engendrar outros tipos de tensões, dificuldades e novos impasses, provocando a volta a formas antigas de relações de produção e à dependência da política governamental assistencialista no grupo.

2. Os líderes aceitaram ainda que a FUNAI transfira o P.I. e a enfermaria para a casa-sede da fazenda que está abandonada

da no lote 1, da gleba Corumbiara, já mencionada. Esta casa está a poucas centenas de metros da estrada que acompanha a Kapa 80 e numa posição privilegiada: favorece o atendimento de saúde pela redução da distância entre Vilhena e o P.I. e reforça o controle sobre elementos e viaturas que entram na Reserva sem autorização.

Este acordo rompe o monopólio do líder Tubarão e, se efetivado, reúne condições de melhorar a qualidade de vida das comunidades.

A programação de 83 para os Tubarão-Latundê prevê um investimento da ordem de Cr\$ 12.600.000,00, para serem aplicados na construção do centro, fossas sépticas, apóio ao extrativismo e à agro-pecuária, aquisição de um veículo e moto-sera.

Parte dessa verba já estava sendo aplicada na compra de muires, reprodutores, etc. A FUNAI manobra no sentido de evitar a desagregação do sistema econômico vigente baseado na extração da borracha e cautelosamente se omite nas questões índios-lideranças.

Finalmente, duas prioridades devem a nosso ver serem consideradas:

1. Depois de realizada a mudança para o novo local do P.I., a Ajudância pensa em construir uma estrada simples dentro da reserva, partindo do Posto em direção a Vilhena, de aproximadamente 10 km, com a construção de uma pinguela sobre o Rio do Ouro ou o Xupinguá. Essa estrada encurtaria de 30 a 40 km o percurso Vilhena-P.I., evitando a passagem pela péssima e intensamente trafegada estrada que ligaria o novo P.I. ao asfalto na BR-364. As múltiplas vantagens dessa obra são evidentes.

2. O grupo Latundê deve ser mantido no seu semi-isolamento até que a comunidade, voltando a crescer e, desejando, possa participar com autonomia do sistema Aikanã - FUNAI. Mas é prioritário destinar aos Latundê, desde já, maiores cuidados assistenciais mormente no que diz respeito à saúde, mantendo ou ampliando visitas de um atendente de enfermagem e programando mais visitas da equipe de saúde, inclusive do odontólogo.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI  
Gabinete do Presidente

12/13/82

PORTARIA Nº 1420 /II, DE 17 DE Setembro DE 1.982

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI, no das atribuições que lhe confere o artigo 8º do Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 84.638, de 16 de abril de 1980;

CONSIDERANDO que compete à FUNAI, na qualidade de Órgão Federal de assistência aos silvícolas, assegurar e garantir aos Índios a posse permanente das terras por eles habitadas, conforme dispõe o artigo 1º, item I, alínea "b", da Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967, e com o artigo 1º, item II, alínea "b", do Estatuto da Fundação;

CONSIDERANDO que aos Índios é reconhecido o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras por eles habitadas, nos precisos termos do artigo 198 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, após o reconhecimento prévio, de que trata o artigo 2º do Decreto 76.999, de 08 de janeiro de 1976, ficou provada a posse permanente indígena, assim caracterizada e identificada de acordo com as disposições dos artigos 23 e 25 de Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio);

CONSIDERANDO, finalmente, a proposição apresentada pelo Senhor Diretor do Departamento Geral do Patrimônio Indígena-DGPI, nos autos do processo administrativo FUNAI/BSB/3503/76;

10.492  
1982

CONT. PORTARIA nº 1420 /E/82

R E S O L V E:

I - DECLARAR como de posse permanente dos grupos indígenas AIKANÁ, LATUNDE e SABANE, a área compreendida pelos limites constantes do memorial descritivo e planta anexos, partes integrantes desta Portaria, com a superfície aproximada de 118.000 ha (cento e dezoito mil hectares), localizada no Município de Vilhena, Estado de Rondônia.

II - DETERMINAR que, para efeito de controle administrativo, a área em referência denominar-se-á ÁREA INDÍGENA TUBARÃO-LATUNDE, e subordinada à Ajudância de Vilhena-5ª DR.

III - RECOMENDAR ao Departamento Geral do Patrimônio Indígena que promova, a demarcação dos limites da citada área, providenciando sua materialização através da colocação de marcos e placas indicativas, observadas as condições técnicas inerentes e as disponibilidades orçamentárias.

IV - DETERMINAR ao Departamento Geral do Patrimônio Indígena que agilize o processo de regularização fundiária da referida área, na forma regulamentar, culminando com o seu registro imobiliário, precedido da homologação da demarcação administrativa, consoante disposições do artigo 7º do Decreto 76.999/76.

V - Revogar a Portaria nº 507/N de 26 de junho de 1978.

VI - PROIBIR o ingresso, trânsito ou permanência, na aludida área, de pessoas ou grupos não-Índios, salvo quando autorizados por esta Fundação e desde que a atividade não seja julgada nociva ou inconveniente ao processo de assistência aos Índios.

*Paulo*  
PAULO MOREIRA LEAL  
Presidente

DGPI/JJM/sloh

Mod. 110



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI  
DEPARTAMENTO GERAL DO PATRIMÔNIO INDÍGENA - DGP

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO  
ANEXO À PORTARIA Nº 1420/E/82

DENOMINAÇÃO

ÁREA INDÍGENA TUBARÃO-LATUNDÉ

ALDEIAS INTEGRANTES

CHAPINGUÁ, BELA VISTA, LATUNDÉ e SABANE.

GRUPOS INDÍGENAS

AIKANÁ, LATUNDÉ e SABANE

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO: VILHENA

ESTADO: RONDÔNIA

UNIDADE REGIONAL DA FUNAI: 5ª DELEGACIA REGIONAL

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	12°26'50"S	60°37'30"Wgr.
LESTE	12°32'20"S	60°26'20"Wgr.
SUL	12°50'45"S	60°26'20"Wgr.
OESTE	12°45'00"S	60°48'30"Wgr.

BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
FOLHA PLANIMÉTRICA SA-20-X-B	1:250:000	DSG	1978

DIMENSÕES

ÁREA : 118.000 ha.

PERÍMETRO: 170 km.

ÁREA: Cento e dezoito mil hectares.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI  
DEPARTAMENTO GERAL DO PATRIMÔNIO INDÍGENA - DGPI

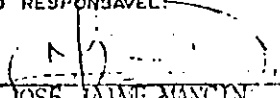
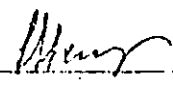
DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO  
ÁREA INDÍGENA TUBARÃO-LATUNDE  
ANEXO À PORTARIA Nº 1420/E/82

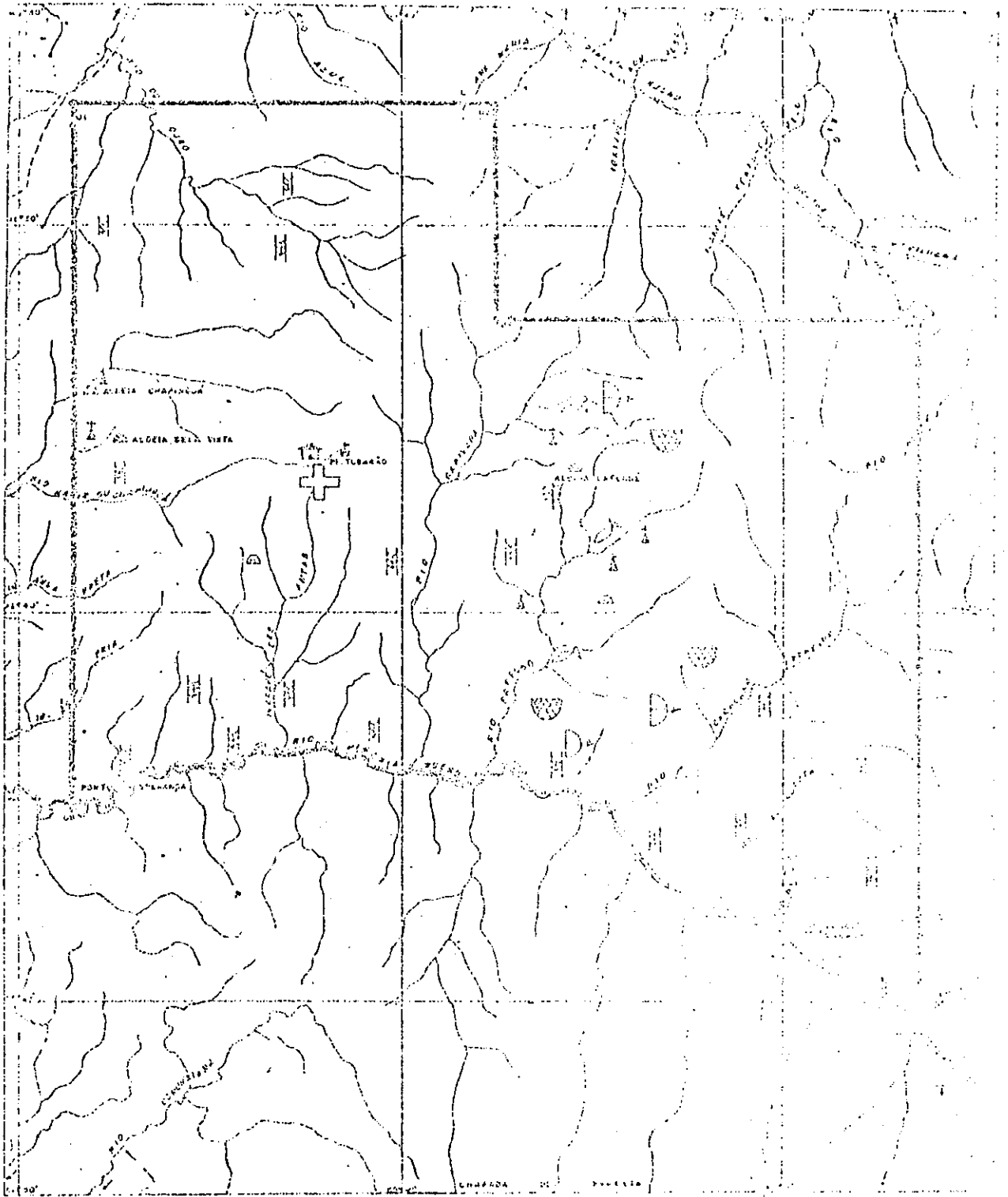
**NORTE:** Partindo do Ponto "1" de coordenadas geográficas aproximadas 12°26'50"S e 60°48'30"Wgr., situado na interseção da LINHA-105 com a KAPA-80; daí, segue pela LINHA-105 com o azimute aproximado 90° e a distância aproximada de 20 km, até o Ponto "2" de coordenadas geográficas aproximadas 12°26'50"S e 60°37'30"Wgr., situado na interseção da LINHA-105 com a KAPA-100; daí, segue-se pela KAPA-100 com o azimute aproximado 180° e a distância aproximada de 10 km, até o Ponto "3" de coordenadas geográficas aproximadas 12°32'20"S e 60°37'30"Wgr., situado na interseção da LINHA-115 com a KAPA-100; daí, segue pela LINHA -115 com o azimute aproximado 90° na distância aproximada de 20 km, até o Ponto "4" de coordenadas geográficas aproximadas 12°32'20"S e 60°26'20"Wgr., situado na interseção da LINHA-115 com a KAPA-120.

**LESTE:** Do Ponto "4", segue pela KAPA-120 com o azimute aproximado 180° e a distância aproximada de 34 km, até o Ponto "5" de coordenadas geográficas aproximadas 12°50'45"S e 60°26'20"Wgr., situado na margem direita do Rio Pimenta Bueno.

**SUL :** Do Ponto "5", segue pela margem direita do Rio Pimenta Bueno, no sentido jusante, até o Ponto "6" de coordenadas geográficas aproximadas 12°45'00"S e 60°48'30"Wgr., situado na margem direita do Rio Pimenta Bueno, junto a interseção com a KAPA-80.

**OESTE:** Do Ponto "6", segue pela KAPA-80 com o azimute aproximado 360° e a distância aproximada de 33,4 km até o Ponto "1", inicial do presente descritivo.

LOCAL: BRASÍLIA-DF	TÉCNICO RESPONSÁVEL: 	VISTO: 
DATA: 25/08/82	JOSE JAIME MANCIN Eng. Agrim. CREA 57.806/D-SP	Agente de Serviço Estado de Mato Grosso do Sul 1982



- SINAIS CONVENCIONAIS**
- TERRE INDÍGENA DELIMITADA
  - FONTES DETERMINADAS DO LIMITE
  - POSTO INDÍGENA
  - ALDEIA INDÍGENA ABANDONADA
  - ALDEIA INDÍGENA
  - RODOVIA DE REVERTIMENTO SOLTO
  - RODOVIA INDICA PERMANENTE
  - DIREÇÃO DE LORÇENTE
  - ANVENÇO & LANTERNA
  - BANHEIRA & ESCOLA
  - POSTO DE SAÚDE & COLETA
  - CAÇA & PESCA
  - ROÇA & CAMIÃO DE FOMDO DE EMERGENCIA
  - CAMINHO

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI  
DEPARTAMENTO GERAL DO PATRIMÔNIO INDÍGENA - GUPPI

ÁREA INDÍGENA TUPACATIARA

ESTADO	DEPARTAMENTO
VILHENA	
MUNICÍPIO	
COORDENADA	

1:50.000  
 1:100.000  
 1:200.000  
 1:400.000  
 1:800.000  
 1:1.600.000

ESCALA: \_\_\_\_\_  
 DATA: \_\_\_\_\_  
 AUTOR: \_\_\_\_\_  
 REVISOR: \_\_\_\_\_  
 APROVADO: \_\_\_\_\_  
 DATA: \_\_\_\_\_

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

ANEXO DA RE 773/ASPLAN/83

AJAVAG

Valores em  
Cr\$ 1,00

SEDE

764.385

- . Manutenção viaturas (Jul-Ago-Set) 104.976
- . Manutenção PIs (Jul-Ago-Set) 399.075
- . Manutenção EVS (Jul-Ago-Set) 260.334

PI MAMAINDÊ

18.100.000

AGROPECUÁRIA

- . Atender toda a programação prevista para o exercício 1983-84 8.500.000

EDUCAÇÃO

- . Construção de Escola-Residência 3.000.000

SAÚDE

- . Construção de Enfermaria na Aldeia Capitão Pedro 2.500.000
- . Construção de Enfermaria na Aldeia Córrego do Gato 2.500.000
- . Abastecimento de água nas Aldeias Capitão Pedro e Córrego do Gato 1.600.000

PI NAMBIKWARA

6.150.000

EDUCAÇÃO

- . Construção de Escola-Residência 3.000.000

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

INFRA-ESTRUTURA

- . Construção de Casa de Força 300.000
- . Construção de Alojamento para Índio 1.000.000

AGROPECUÁRIA

- . Atender a programação prevista para 1983/84 1.850.000

PI CAMPOS NOVOS

13.400.000

AGROPECUÁRIA

- . Atender toda a previsão da programação 83/84 9.400.000

EDUCAÇÃO

- . Construção de Escola-Residência (Aldeia Ca  
mararé) 3.000.000

INFRA-ESTRUTURA

- . Construção de 01 galpão-garagem 1.000.000

PI AROEIRA

7.050.000

AGROPECUÁRIA

- . Atender todos os itens constantes da progra  
mação 83/84 7.050.000

ALDEIA WAIKISU

800.000

INFRA-ESTRUTURA

- . Construção de Casa de Força 400.000
- . Construção de Casa de Farinha 400.000

PI SARARÉ

12.700.000

EDUCAÇÃO

- . Construção de Escola-Residência 3.000.000

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

(3)

AGROPECUÁRIA

. Atender toda a programação prevista para o exercício 1983/84 7.900.000

INFRA-ESTRUTURA

. Construção de galpão-garagem 1.000.000  
. Construção de cerca 400.000  
. Abastecimento de água na Casa Sede 400.000

PI WASUSU

10.200.000

AGROPECUÁRIA

. Atender toda a programação prevista para o 1983/84 9.200.000

INFRA-ESTRUTURA

. Construção de 01 galpão-garagem 1.000.000

PI ALANTESU

6.300.000

AGROPECUÁRIA

. Atender todos os itens da programação de 83/84 5.900.000

INFRA-ESTRUTURA

. Construção de Casa de Força 400.000

PI TUBARÃO LATUNDÊ

12.600.000

SOCIAL

. Construção de Centro Comunitário 1.500.000

SAÚDE

. Construção de fossas sépticas 500.000

*Carvalho*

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

AGROPECUÁRIA

. Fomento ao extrativismo agropecuária	1.500.000
. 03 arreios completos	75.000
. 03 muares	450.000
. 05 vacas	500.000
. 01 touro	200.000
. Sal mineral	75.000
. Moto-Serra	300.000

INFRA-ESTRUTURA

. 01 Pick-Up	7.500.000
--------------	-----------

T O T A L ..... 88.064.335

